



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Expresso Periodicidade _____

Dia 26.8.78 Pág.(s) _____ Tendência política _____

Ex. 26/8 11.11.78

Maria de Lurdes Pintassilgo ao EXPRESSO
“ A eliminação do meu nome do elenco dos
“ primoministeráveis”,
terá mais a ver com certas ideias-feitas do
que com o facto de ser mulher.”

EXPRESSO — Vive, há vários anos, longe de Lisboa e do centro da vida política portuguesa. Como é que, de repente, aparece situada como uma das personalidades que poderiam vir a ser indigitadas para o cargo de Primeiro-Ministro, obtendo mesmo o consenso maioritário do Conselho da Revolução?

MARIA DE LURDES PINTAS-SILGO — Sabe que não tenho a sensação de estar fora do País? Como deve calcular, a representação de Portugal junto da UNESCO exige que eu esteja em contacto permanente com a vida nacional para poder interpretar, em termos das nossas relações com os outros 144 Estados-membros presentes na Organização, a política portuguesa nos grandes domínios cobertos pela UNESCO: educação, ciência e tecnologia, cultura, comunicação, desenvolvimento global... Ora isso reduz as distâncias...

Quanto à minha inclusão na lista dos "possíveis" Primeiro-Ministro, julgo dever-se ao facto de o Presidente da República — com quem tive sessões de trabalho ao longo destes dois anos — conhecer bem as prioridades e os objectivos que julgo desejáveis e viáveis para a sociedade portuguesa. Os valores que norteiam as minhas escolhas ficaram especialmente claros no trabalho que fiz no verão de 1977, a pedido do Presidente da República, sobre coordenadas, critérios e medidas concretas de política social global. Foi uma oportunidade única de debater largamente com o Presidente muitas questões. Tive então a convicção de que havia concordância entre muitas das minhas propostas e as preocupações dominantes do general Ramalho Eanes. Por isso, se há lógica em questões políticas e se precisa de explicações, o facto de aparecer o meu nome a par de tantos outros, aí tem a explicação que eu própria me dou.

EXP. — Portanto, é verdade que foi sondada?

M.L.P. — Recio que a essa pergunta só o Presidente da República possa responder, na medida em que muitas das conversas que com ele tenho tido se passaram num terreno que fica a meio caminho do que é, do que

pode ser e do que poderia vir a ser...

EXP. — Em termos pessoais, como é que viveu esta situação? Como se sentiu na "pele" de um muito provável Primeiro-Ministro?

M.L.P. — Para lhe dizer a verdade, vivi tudo isto com uma serenidade e uma distância de que eu própria me espanto. Talvez porque, no fundo, nunca acreditei que a hipótese se viesse a concretizar... Talvez porque, ao fim destes 4 anos, todas as posições de chefia e de poder político se relativizaram imensamente aos meus olhos.

No entanto, nos dois ou três momentos em que considerei seriamente essa hipótese, não pude deixar de me sentir tomada pela urgência das transformações vitais que o 25 de Abril potencialmente

continha, mas que ainda não conseguimos tornar realidade.

EXP. — Acha que, de algum modo, o facto de ser mulher foi um "handicap" nestas circunstâncias?

M.L.P. — Julgo que não. As razões que terão levado à eliminação do meu nome têm mais que ver com certas ideias-feitas, em alguns quadrantes, sobre o meu perfil político do que com o facto de ser mulher. Mais: devo até dizer-lhe que foi para mim extremamente interessante verificar que a imprensa a que tive acesso não comentou de forma discriminatória o facto de haver na lista dois nomes de mulheres. É certo que houve jornais que nunca citaram o meu nome, mas é óbvio que o fizeram por uma opção "política" e não por estar em causa uma mulher.

"Tenho a sensação de que tudo se passa em termos de pessoas"

EXP. — Já afirmou que nunca se sentiu fora do país. No entanto, pelo facto de viver geograficamente longe, tem, pelo menos, um recuo em relação ao que aqui se passa. Qual é a diferença que essa distância provoca na sua perspectiva de analisar a vida política portuguesa?

M.L.P. — Há sem dúvida uma diferença mas é difícil dizer exactamente em que consiste. Pelos estímulos que me vêm do trabalho que estou a realizar em Paris, sou conduzida a olhar os problemas da sociedade portuguesa mais em termos de finalidades de vectores, no contexto de forças mundiais, do que em termos de pura conjuntura. Daí que me encontre constantemente a fazer interrogações, a tentar abrir caminhos para novas soluções e novas formas de encarar os problemas. Sou assim como que forçada a uma elaboração permanente de modelos alternativos de vida em sociedade.

Quando chego aqui — e isso aconteceu de uma forma intensa desta vez — tenho a sensação de que tudo se passa em termos de pessoas. São as pessoas, é a sua boa ou má disposição, são as relações que mantêm com as pessoas de outros quadrantes, são os múltiplos registos em que se passam essas relações — desde o afectivo ao ideológico, passando pelo gastronómico e pelo estival — que parecem determinar o evoluir dos acontecimentos...

EXP. — Considera, portanto, que tudo se passa menos ao nível do debate de ideias e de projectos de fundo, e mais num plano dum certo política "polítiqueira"...

M.L.P. — É como se as pessoas estivessem mais preocupadas com a explicitação das suas posições, com justificação dos seus comportamentos, do que com a invenção de outras vias ou a exploração de outras possibilidades. Ora isto é que me parece extraordinariamente necessário na sociedade portuguesa: pensar o imediato com o horizonte dos seus objectivos de modo que o que é urgente se não converta em prioritário, que o que é meio se não transforme em fim...

EXP. — O seu trabalho, como embaixador na UNESCO que, obviamente, é para si apaixonante,





foi um passo medido e premeditado na sua carreira? E de uma forma mais geral, a carreira política foi para si uma opção ou um acaso?

M.L.P. — Não sei pensar em termos de carreira. Vejo, sem dúvida, o meu trabalho na UNESCO como a tarefa política, muito claramente ligada à transformação da sociedade portuguesa desde o 25 de Abril. Foi nesse contexto, para uma maior universalidade das nossas relações e para uma presença activa na agência da ONU onde se "pensa" a sociedade, que aceitei este trabalho. Mas isso não quer dizer que veja esta tarefa em termos de carreirismo. Quando penso em carreira política tenho muito a noção de que tudo acontece por um certo acaso. E não digo isto por cinismo, pelo contrário: no momento em que alguma coisa me bate à porta, imediatamente lhe respondo como se tratasse de um imperativo lógico. Mas não posso deixar de pensar simultaneamente na oratória de Claudel e Honnegger — a "Jeanne d'Arc au ŷcher" — quando, no momento em que se queimada, Jeanne d'Arc pergunta ao frade dominicano como chegou àquela situação e o dominicano lhe responde:

"Chegaste até aqui pela operação do jogo de cartas que um rei louco inventou".

É uma cena que poderá parecer mítica, sem nenhuma relação com a vida real. Para mim, tem muito significado. Parece-me que há sempre um tremendo factor de acaso, de jogo de cartas, nas decisões políticas de que julgamos ser actores.

"Uma classe política que troca de lugares"

EXP. — Um passo importante da sua trajectória política foi, sem dúvida, a passagem pelo Ministério dos Assuntos Sociais. Posteriormente, como já disse, tem continuado a interessar-se pelas questões relativas à política social. Como explica que em sectores fundamentais, nomeadamente, a saúde, o ensino ou a habitação, se tenha avançado tão pouco, em realizações concretas desde o 25 de Abril?

M.L.P. — Para mim, o nó da questão está em que os vários aspectos da política social têm sido pensados em termos de soluções estandardizadas. A política social requer invenção, rigor e participação. É possível com os recursos de que dispomos, realizar em várias frentes transformações qualitativas que não implicam necessariamente aumento de custos. Para tal é indispensável que se ponha tanta exigência e competência técnicas no domínio social, como se tenta pôr no domínio económico. Só esse rigor técnico permite incorporar as aspirações e sugestões que a população formula ao longo do processo de participação em que assenta qualquer política social.

EXP. — Mas esse processo de participação das populações não está condenado à partida, perante a ineficácia das medidas de descentralização até agora postas em prática?

M.L.P. — Considero realmente a descentralização um elemento indispensável da efectivação de qualquer política — social, económica e cultural. Mas é preciso entender essa descentralização no seu sentido mais amplo e mais correcto. Não se trata apenas de fazer chegar a todas as zonas do país as decisões tomadas normalmente no centro mas de multiplicar os centros de decisão. Como dizemos muitas vezes na UNESCO, só quando "a periferia passa a ser centro" é que uma sociedade atinge a maioria política.

EXP. — Pensa que aí o jogo parlamentar tem funcionado de forma correcta? Ou, pelo contrário, estaremos perante um afastamento cada vez maior entre eleitores e eleitos?

M.L.P. — A meu ver, o sistema parlamentar, quando dominado pelo partidarismo, corre facilmente o risco de se converter em sistema nivelador das necessidades locais e regionais. Não posso, aliás, isolar a nossa situação da crise das democracias parlamentares europeias, onde verifico ser inevitável esse tal afastamento entre os eleitos e eleitores. Afastamento que será cada vez maior, traduzindo-se na criação duma classe política que troca de lugares, que faz entre si um certo número de alianças, mas que permanece como classe profissionalmente política, distanciada da sociedade a que pertence.

O jogo parlamentar de que fala tem, a meu ver, de ser completado pela expressão, institucionalizada ou não de outras formas de exercício da vontade popular.

Prioridades de um projecto de sociedade portuguesa

EXP. — De todas as suas afirmações poderá concluir-se que tem, perante a realidade portuguesa, um projecto de sociedade bem definido.

Quais são as grandes prioridades desse projecto?

M.L.P. — Em primeiro lugar a criação de condições para a efectiva igualdade de oportunidade para todos os portugueses, no contexto das necessidades colectivas. Quer isto dizer que os direitos sociais entendidos como satisfação das necessidades básicas, terão de ser olhados como prioritários e não apenas como correctivos das desigualdades económicas.

Em segundo lugar, está a dinamização de todo o potencial humano da nação para a elaboração do seu próprio projecto de sociedade. Isto decorre da con-

vicção de que a maior riqueza de uma nação está nos homens e nas mulheres que a constituem e que é nesse capital humano que o país deve fazer os seus maiores investimentos. Decorre daqui que a matriz educacional e cultural do povo é a charneira do projecto que tenho em mente.

Em terceiro lugar, está em causa o modelo de desenvolvimento que orientará a nossa evolução histórica, em termos da independência nacional e do papel que podemos desempenhar no mundo. A forma como decidimos utilizar a ciência e a tecnologia determina não só a médio prazo a nossa autosuficiência económica, como pode tornar paradigmática, a longo prazo, a transformação da sociedade que conseguirmos operar.

Evidentemente que tudo isto é encarado como um processo aberto, de aproximações sucessivas, sem modelos definidos. É porque acredito na criatividade e na iniciativa potencial do povo de que faço parte que um tal projecto não é para mim mera utopia mas, como diria Paulo Freire, um "inédito viável" ao nosso alcance.

"Melo Antunes tem consciência como eu, de que..."

EXP. — As suas posições políticas têm sido frequentemente conotadas com aquilo a que costuma chamar-se uma linha "melo-antunista".

Reconhece-se nessa identificação?

M.L.P. — Não sei se existe uma linha melo-antunista, mas verifico que o major Melo Antunes tem consciência, como eu — e muitas outras pessoas que conheço pelo mundo fora — de que os modelos de sociedade considerados paradigmáticos, os das

sociedades do Hemisfério Norte, estão a ser radicalmente postos em questão não só pela dinâmica das relações Norte/Sul, mas pela própria lógica ao seu hiperdesenvolvimento. As implicações que esta tomada de consciência tem para a nossa sociedade são múltiplas. Daí a afinidade que poderá ter sido revelada entre as acções do major Melo Antunes e as minhas ao nível da intervenção política nacional e internacional. Aquilo a que aqui, provincialmente, se chama "melo-antunista" não é senão uma expressão de valores reconhecidos e aceites no contexto das Nações Unidas, como parte do movimento mundial para uma nova ordem internacional baseada no desenvolvimento endógeno de cada sociedade.

Eanes: "Personalidade complexa na sua aparente simplicidade"

EXP. — Tem relações privilegiadas — de amizade e de trabalho — com o Presidente da República.

Que pensa da personalidade do general Eanes?

M.L.P. — O que eu penso tem muito que ver com o que eu sou, pois há aspectos a que posso ser especialmente sensível, enquanto outros são para mim óbvios ou me passam despercebidos... Só nessa base arrisco responder-lhe!

Dir-lhe-ei que a personalidade do Presidente da República me surge como uma personalidade complexa na sua aparente simplicidade. Não é fácil captar, e muito menos transmitir, em poucas palavras, os contornos preciosos do seu modo de ser. A reserva e a distância que lhe têm sido atribuídas são, no convívio, quebradas não só por uma atitude aberta e comunicativa como por um sentido de humor que, em

clima de amizade, tem o sabor de fina ironia. Talvez seja por isso que, no contacto que com ele tenho tido, ainda me não foi possível distinguir o momento em que a sua escuta sempre atenta prepara uma decisão a tomar ou é a verificação (positiva ou negativa) da decisão tomada. Por outro lado, tem sido para mim motivo de constante admiração a capacidade que o general Ramalho Eanes tem de olhar e discutir empenhadamente questões de fundo no meio das maiores crises conjunturais. Julgo sentir nessa capacidade uma dimensão de procura e de insatisfação permanentes que é o reverso da medalha do carácter aparentemente intransigente da sua figura.

Vejo ainda na sua personalidade um grande sentido dos valores e uma forte consciência ética da sua função. Na escala valorativa que frequentemente emerge nas suas preocupações, julgo poder afirmar que tem lugar preponderante o cuidado pelos mais fracos e desfavorecidos. Daí a garantia pessoal, que para além dos aspectos de exigência formal, o vincula ao projecto de sociedade para que aponta a nossa Constituição.



Diferendo PS-PR: Da "finalidade das estruturas" às "coordenadas culturais"

EXP. — Mantendo relações estreitas de amizade com os mais directos protagonistas da recente crise política como é que analisa o diferendo entre o Presidente da República e o Partido Socialista?

M.L.P. — O objecto do diferendo aparece-me claro: duas concepções diferentes das atribuições e limites dos órgãos de soberania. O que não me parece claro é a relação entre cada uma dessas concepções e o projecto global de sociedade em que se inserem: estão em causa, neste diferendo, instituições e estruturas. Ora estas, só têm sentido ao serviço da vida real e concreta das pessoas e do corpo social no seu conjunto. Seria bom saber, fora de qualquer clima emocional ou defensivo, a finalidade dessas estruturas e o seu porquê, quer na perspectiva do Presidente da República, quer na do Partido Socialista. Talvez, nessa clarificação, as posições se tornassem no termo menos irredutíveis.

EXP. — O PS tem afirmado que a saída encontrada para a crise, de certo modo à margem dos partidos, poderá abrir caminho para uma via autoritária, anti-democrática.

Pensa que esse perigo existe de facto?

M.L.P. — O perigo verdadeiro não está, para mim, numa solução autoritária que nem o povo nem as personalidades em causa me permitem considerar provável.

Onde vejo o perigo é no facto de as discussões à volta das estruturas necessariamente esconderem ou escamotearem a questão vital e ineludível do "para onde" da sociedade em que vivemos, e isto porque a economia não é politicamente asséptica. A sua orientação determina, a prazo, a sobrevivência da nação enquanto tal. Não é só a identidade cultural que está em jogo nem quaisquer idealismos sobre modelos utópicos. É que hoje, é impensável o desenvolvimento económico dos países pobres, como nós somos, sem pôr a questão das coordenadas culturais desse desenvolvimento. Não é um luxo nem um extra. É o motor do único arranque económico capaz de libertar todo o povo, e não só uma minoria.

"Entre o arrepio do medo e a sensação do 'não sou capaz' "

EXP. — Gostava de voltar em breve para Portugal?

M.L.P. — Gosto de fazer em cada momento aquilo em que me parece que posso abrir uma certa brecha. Ao contrário de muitas pessoas, sou mais estimulada por situações muito complexas que me levam a descobrir caminhos novos para os problemas, do que pelas tarefas rotineiras, que tenho dificuldade em encarar... Portanto, o estar aqui ou estar numa função noutra sítio decorre apenas da minha capacidade de ser ou não estimulada pela tarefa que tiver de executar.

EXP. — E não lhe foi proposto aqui nenhum trabalho que reúna essas condições?

M.L.P. — Como deve calcular, não é só ao nível da intervenção política que poderei encontrar tarefas com características para mim desafiadoras. Não estou por isso à espera que me sejam apresentadas propostas de trabalho. Dependerá também de mim a iniciativa e a imaginação para, mais cedo ou mais tarde, encontrar caminhos para de novo procurar "abrir brechas" em Portugal. Só lhe quero dizer que para mim esses caminhos se situam tanto ao nível da macro-sociedade como das micro-experiências sociais...

É esse o sentido da minha participação no movimento do Graal que tem sido para mim ao longo de muitos anos um verdadeiro laboratório de experimentação social.

EXP. — O cargo de Primeiro-Ministro teria sido para si um desafio estimulante?

M.L.P. — Não sei. Perguntou-me de início o que é que eu tinha sentido durante os dias em que o meu nome apareceu nos jornais como primo-ministeriável... Evidentemente que, entre o arrepio do medo e a sensação do "não sou capaz" perante o totalmente desconhecido, há o gosto antecipado do novo e a fascinação pela coisa muito difícil e complexa. Tanto mais que essa coisa difícil e complexa não era apenas um problema a resolver, mas uma nova forma de sociedade a construir para e com 9 milhões de pessoas. Isso é que deve ser extremamente estimulante para quem quer que seja Primeiro-Ministro.



Soares: Perseverança lúcida, magnanimidade e engenho político, etc.

EXP. — Por outro lado, o seu perfil político tem também uma boa aceitação nos meios socialistas. Quais são as suas relações com o dr. Mário Soares?

M.L.P. — São relações de amizade que nasceram e cresceram nas longas sessões de Conselho de Ministros que caracterizaram a actividade dos II e III Governos Provisórios. Pode então admirar a sua perseverante e lúcida actuação no tocante aos problemas internacionais que Portugal tinha então de enfrentar. De todas as qualidades do dr. Mário Soares, a que então mais me impressionou foi a magnanimidade com que o ex-perseguido político se comportava perante os seus inimigos de ontem. Depois, e desde o início do I Governo Constitucional, tive com o dr. Mário Soares, para além da amizade adquirida, a relação normal, franca e directa, que deve existir entre um embaixador e o primeiro-ministro. Nessa sua qualidade, pude mais uma vez apreciar o seu espantoso engenho político no discernimento das relações entre as forças sociais, sem contar que muitas vezes me deixei surpreender pela maneira como fazia face à enorme diversidade de problemas com a mesma inquebrantável bonomia...